



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.
Demonstrações financeiras
30 de junho de 2025

Ouro Preto, 01 de setembro de 2025.

Carta de apresentação

Prezados senhores:

A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A. vem apresentar as demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2025, em conexão com as normas aplicáveis às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento. Serve também, a presente carta, para expressar e declarar a nossa responsabilidade pelas informações contidas nas demonstrações financeiras, pela sua elaboração e por sua divulgação em conformidade às melhores práticas contábeis aplicadas às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2025 foram publicadas no dia 01 de setembro de 2025, no site eletrônico da Instituição, de acesso público e gratuito, e estão disponíveis no endereço:

<https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>

Atenciosamente,

Denis Silva

Denis Silva (1 de setembro de 2025 12:32:39 ADT)

Denis Costa da Silva
Diretor

Paulo Sérgio de Faria Barros

Paulo Sérgio de Faria Barros (1 de setembro de 2025 14:28:48 ADT)

Paulo Sergio de Faria Barros
Diretor

Alessander Dallorto

Alessander Dallorto (1 de setembro de 2025 14:34:04 ADT)

Alessander Campo Dall'Orto
Contador – CRC: ES-012954/O

efí



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1º SEMESTRE DE 2025



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

CONTEÚDO

Relatório da administração 4

Balanço patrimonial 8

Demonstração do resultado 9

Demonstração do resultado abrangente 10

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 11

Demonstração dos fluxos de caixa 12

Notas explicativas às demonstrações financeiras 13

**Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.***Demonstrações financeiras**30 de junho de 2025*

Relatório da Administração

Visão Geral da Instituição

A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A. (“Efí SCFI” ou “Instituição”) é uma das Instituições que compõem o Efí Bank, atuando sob controle do Efí S.A. Instituição de Pagamento (“Efí IP”), que lidera o Conglomerado Prudencial. Além do Efí SCFI, também está sob controle do Efí IP, a Eva Benefícios S.A. (“Eva”). Todas essas empresas integram o Grupo Gerencianet, cuja controladora é a Gerencianet Holding S.A., responsável também pela Lesta Atendimento Ltda (“Lesta”). Com sede em Ouro Preto, Minas Gerais, e presença estratégica nas cidades de São Paulo e Recife, o Efí SCFI fortalece a capacidade do Efí Bank em oferecer soluções financeiras mais completas, com foco em crédito, financiamento e investimento, em sinergia com os produtos e canais do Efí IP.

Perfil Corporativo

O Efí SCFI é a frente de crédito, financiamento e investimento do Efí Bank, atuando de forma complementar ao Efí IP na construção de um ecossistema financeiro completo. Seu papel é desenvolver soluções que fortaleçam a oferta de produtos do grupo, contribuindo para a ampliação da jornada dos clientes e para a diversificação das fontes de receita. Com estrutura orientada à escalabilidade, fluidez operacional e uso inteligente da tecnologia, a Instituição atua de forma integrada às demais empresas do grupo, mantendo foco em inovação, responsabilidade na gestão de riscos e entrega de valor sustentável. Essa configuração permite ao Efí SCFI apoiar de maneira estratégica o crescimento do Efí Bank, ampliando sua relevância no mercado financeiro. A missão do Efí SCFI, como parte do Efí Bank, é simplificar jornadas financeiras com eficiência e segurança, aliando tecnologia e inovação. A visão da Instituição está alinhada ao propósito do Efí Bank de se consolidar como o melhor banco digital do país.

Desempenho Operacional

Durante o primeiro semestre de 2025, o Efí SCFI passou por uma reestruturação abrangente em seus fluxos operacionais, o que resultou em melhorias significativas no processo de concessão de crédito. Como reflexo dessas mudanças, houve um expressivo aumento na liberação de limites de cartão de crédito, bem como no volume de operações de antecipação de recebíveis, permitindo a Instituição alcançar uma carteira de crédito de R\$ 18,7 milhões ao final do primeiro semestre de 2025. Esse resultado representa um crescimento de 404% em relação a dezembro de 2024 e de 38.253% na comparação com junho de 2024. Com base no crescimento e nas oportunidades identificadas, a Instituição realizou o lançamento do produto Capital de Giro no primeiro semestre de 2025, alcançando uma carteira de R\$ 4,7 milhões no período. A iniciativa faz parte da estratégia de expansão da carteira de crédito ao longo de 2025, com o objetivo de ampliar o portfólio de produtos, aumentar o alcance e atender um número maior de clientes do Efí

**Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.***Demonstrações financeiras**30 de junho de 2025*

IP. O volume de captações também apresentou crescimento expressivo, com um aumento de 169% em relação a dezembro de 2024 e de 642% na comparação com junho de 2024. O Efí SCFI ampliou sua oferta de captação de recursos com o objetivo de fomentar o produto junto ao portfólio de clientes da Instituição e fortalecer sua posição nesse segmento de mercado. O capital da SCFI apresentou aumentos de 12% e 25% em comparação aos meses de dezembro e junho de 2024, respectivamente, totalizando R\$ 26 milhões em junho de 2025. O ativo da Instituição também apresentou um crescimento expressivo de 109% em relação a dezembro de 2024, evidenciando uma solidez financeira crescente. Os resultados foram impulsionados, principalmente, pelos investimentos de capital realizados e pela captação de recursos por meio dos produtos de investimento. Esses movimentos foram acompanhados por investimentos significativos e foco intensivo no aprimoramento e desenvolvimento de controles internos e processos operacionais.

Premiações e Reconhecimentos

Em 2025, o Efí SCFI participou diretamente das conquistas que reforçaram o posicionamento do Efí Bank como uma Instituição inovadora, confiável e comprometida com a excelência. A Instituição foi reconhecida no Prêmio ClienteSA com o Troféu Ouro, com o case “Copiloto de Antecipações”, na categoria Líder em Estratégia de Crédito, Cobrança e Risco, e no Prêmio ClienteSA CX com o Troféu Prata. No cenário latino-americano, o Efí Bank foi vencedor do Prêmio Latam 2025 da Aloic, com o 1º lugar na categoria “Mejor Estrategia de Desarrollo Humano”, pelo case da semana de quatro dias. Também foi renovada a certificação GPTW, com destaque para o 1º lugar em jornada flexível e a presença entre as melhores empresas para trabalhar em Minas Gerais. O Efí SCFI integrou ainda a representação institucional em eventos relevantes do setor, como o SBC Summit, Distrito Fintech Summit, AnceV Experience, Autocom, Betexpo, Abrint 2025 e Sophia, reforçando sua presença no ecossistema de inovação e serviços financeiros.

Diretrizes Estratégicas e Futuro

O primeiro semestre de 2025 marca uma etapa de amadurecimento e avanço estratégico para o Efí SCFI dentro da estrutura do Efí Bank. Com papel central na consolidação das soluções de crédito, financiamento e investimento do grupo, a Instituição vem fortalecendo sua operação com foco em escala, governança e sustentabilidade. O planejamento estratégico do Efí SCFI segue alinhado às diretrizes do Efí Bank até 2030, que incluem inovação, eficiência operacional, diversificação de receitas, fortalecimento da marca e gestão orientada por dados. Ao longo do semestre, a Instituição deu passos relevantes em sua transformação organizacional. O novo modelo operacional do grupo trará maior robustez à estrutura de crédito, com a migração das políticas e diretrizes de crédito para o eixo financeiro. Essa mudança tem como objetivo integrar a gestão de crédito à estratégia de *funding* e capital, ampliando a capacidade de alocação eficiente de recursos, definindo melhor o apetite a risco e otimizando a precificação. O Efí SCFI



ganha, assim, protagonismo na construção de um modelo mais conectado com os objetivos estratégicos de longo prazo do conglomerado. Em paralelo, está em implantação uma nova estrutura de operações dedicada ao crédito, com foco na execução, controle e acompanhamento da carteira. A criação dessa vertical especializada permitirá mais fluidez e governança sobre os processos, aprimorando indicadores de qualidade, tempo de resposta e gestão do risco. Esse movimento representa um avanço importante para tornar o crédito uma frente ainda mais estruturada e escalável dentro do Efi Bank. O Efi SCFI vem fortalecendo seu portfólio, com o lançamento do capital de giro e com o CDB como garantia para cartão de crédito, ao mesmo tempo em que amplia sua atuação no produto de antecipação de recebíveis e em projetos estratégicos como o programa FUST, iniciativa que posiciona o Efi Bank como uma das únicas Instituições privadas autorizadas a operar com recursos voltados à expansão da conectividade em regiões menos atendidas. Essas frentes reforçam a capacidade do Efi SCFI de combinar escala com impacto, e posicionam a Instituição como veículo de desenvolvimento financeiro regional. No campo da gestão, o Efi SCFI também tem avançado na sua estratégia de *funding*, com ampliação da base de captação, análise constante do custo de capital e estruturação de mecanismos que proporcionem maior previsibilidade na operação. Para o segundo semestre, o foco estará na consolidação da nova estrutura de crédito, no aumento do volume de operações com sustentabilidade e no aprofundamento da estratégia de diversificação de riscos, com acompanhamento constante da performance da carteira, da qualidade dos ativos e do equilíbrio entre retorno e segurança.

Conclusão

O primeiro semestre de 2025 representou um avanço consistente na consolidação do Efi SCFI como um dos pilares operacionais e estratégicos do Efi Bank. O crescimento expressivo da carteira de crédito, o aumento relevante nas captações e os resultados financeiros alcançados reforçam a maturidade da operação, que vem evoluindo com visão de longo prazo e foco em gerar valor sustentável para o Grupo e seus clientes. Mais do que os números, os movimentos estruturais realizados ao longo do semestre demonstram a solidez da estratégia em curso. A migração das políticas de crédito para o eixo financeiro e a criação de uma estrutura de operações dedicada não apenas reposicionam o crédito como uma frente estratégica, mas também alinham a tomada de decisão a critérios de capital, risco e retorno, elevando o nível de governança e inteligência da operação. O fortalecimento dos produtos de crédito e investimento, a adesão a projetos de impacto e a busca pela ampliação das bases de *funding* reforçam a capacidade do Efi SCFI de atuar com escala, capilaridade e responsabilidade. A sinergia com o Efi IP e a integração com as demais frentes do Grupo contribuem para construir um modelo de negócio mais resiliente, conectado às necessidades reais dos clientes e às exigências de um mercado financeiro em transformação. Com uma estrutura cada vez mais madura, uma estratégia coerente e uma equipe comprometida, o Efi SCFI entra no segundo semestre preparada para continuar crescendo com solidez, foco em resultados



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

e compromisso com a sustentabilidade. O desafio de alcançar o ponto de equilíbrio segue como prioridade, assim como a busca contínua por ganhos operacionais, ampliação do portfólio e diversificação de riscos. A Instituição está pronta para sustentar um novo ciclo de desenvolvimento, contribuindo ativamente para o fortalecimento do Efí Bank como uma das principais plataformas financeiras digitais do país.

A Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A. ("Efi", "Efi SCFI" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efi S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Daniel Naves Marteletto
Signed By: DANIEL NAVES MARTELETTO 0626072890
CPF: 0626072890
Signing Time: 01 de setembro de 2025 | 16:51 BRT
O: ICP-Brasil, OU: PricewaterhouseCoopers
C: BR
Serial: AC: CertSign RFB 05
B60C2D581A3C4C0...

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC MG-105346/O-2



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
Ativo circulante		32.788
Disponibilidades	4	118
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		32.789
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.518
Operações de crédito	7	31.271
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		3.634
Títulos e valores mobiliários	6	3.634
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(5.281)
Outros ativos	9	1.528
Ativo não circulante		4.499
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		4.509
Operações de crédito	7	4.509
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(93)
Outros ativos	9	77
Imobilizado		7
Outras imobilizações		9
Depreciação acumulada		(2)
Total do ativo		37.287
Passivo circulante		25.237
Outros passivos	10	2.376
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		418
Obrigações fiscais		233
Outros passivos		432
Contas a pagar - Operações de cartão		1.293
Depósitos e demais instrumentos financeiros		22.861
Depósitos a prazo	11	22.861
Passivo não circulante		12.050
Depósitos e demais instrumentos financeiros		5.912
Depósitos a prazo	11	5.912
Provisões para contingências	12	4
Patrimônio líquido	13	6.134
Capital social		26.050
Prejuízos acumulados		(19.916)
Total do passivo		37.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		7.555
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	5b	159
Resultado com títulos e valores mobiliários	6b	383
Resultado de operações de crédito	7d	7.013
Despesas da intermediação financeira		(1.159)
Operações de captação no mercado	11b	(1.159)
Resultado bruto de intermediação financeira		6.396
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(3.381)
Outras receitas e despesas operacionais		(5.111)
Receitas de prestação de serviços	14	245
Despesas de pessoal	15	(1.355)
Outras despesas administrativas	16	(3.250)
Despesas tributárias	17	(314)
Outras despesas operacionais		(447)
Outras receitas operacionais		10
Resultado operacional		(2.096)
Prejuízo do semestre		(2.096)
Resultado por ação (Em reais)		-0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



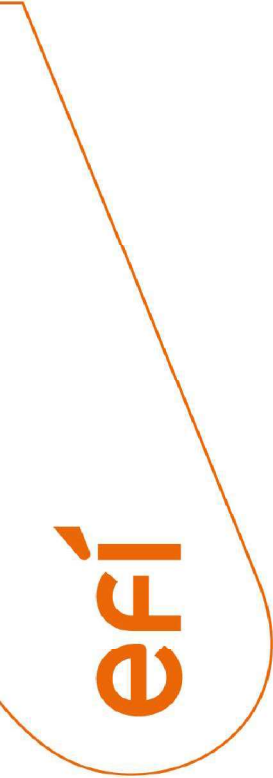
Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.
Demonstrações financeiras
30 de junho de 2025

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/06/2025</u>
Resultado do semestre	<u>(2.096)</u>
Outros resultados abrangentes do semestre	-
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	-
Itens que não poderão ser reclassificados para o resultado	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u><u>(2.096)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2024		23.250	(17.900)	5.350
Adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21		-	80	80
Saldo em 01/01/2025		23.250	(17.820)	5.270
Resultado do semestre		-	(2.096)	(2.096)
Integralização de capital	13	2.800	-	2.800
Saldo em 30/06/2025		26.050	(19.916)	6.134
Mutações do semestre		2.800	(2.096)	704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2025
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2025
Atividades operacionais		
Prejuízo do semestre		(2.096)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	3.381
Resultado ajustado		1.285
Variação de ativos e passivos		
Redução de outros ativos		415
Aumento de operações de crédito		(25.778)
Redução em títulos e valores mobiliários		1.953
Aumento em depósitos a prazo		18.059
Aumento em outros passivos		630
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais		(3.436)
Atividades de financiamentos		
Aporte de capital	13	2.800
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos		2.800
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(636)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.272
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		1.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A. ("Efí", "Efí SCFI" ou "Instituição") é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social os serviços (i) a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento; (ii) a realização de operação de crédito para financiamento de bens e serviços a pessoas físicas ou jurídicas; (iii) a realização de operação de crédito para financiamento de capital de giro a pessoas jurídicas; e (iv) todas outras modalidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

A Instituição tem sua sede e foro na cidade de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 31, conjunto A, 2º e 3º pavimentos, Bairro Bauxita, CEP 35.402-179.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e operam através de estrutura corporativa integrada do Conglomerado Efí ("Conglomerado"), onde as receitas e despesas são apropriadas conforme produzidas ou incorridas. A Instituição tem como controladora o Efí S.A. – Instituição de Pagamento, que é a líder do Conglomerado Prudencial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras estão sendo preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB"), e conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 4.818/2020.

Conforme previsto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, a Instituição optou pela dispensa de apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A Administração avaliou a viabilidade da Instituição continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

a) Normativos que possuem aplicação após 30 de junho de 2025

Medida provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025 – Altera para 20% (vinte por cento) a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), para as sociedades de crédito, financiamento e investimentos, com efeitos a partir de 01/09/2025.

b) Balanço patrimonial

As contas de ativo e passivo são apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

c) Demonstração do resultado

A demonstração de resultado foi apurada conforme o regime de competência embasada pelo artigo 187 e § 1º da Lei nº 6.404/76.

**d) Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações sujeitas a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente: (i) o valor de mercado de certos ativos e passivos financeiros (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo permanente (iii) provisões de operação de crédito e passivos contingentes (iv) estimativas dos créditos tributários ativados. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras da Instituição foram aprovadas pela Administração em 01 de setembro de 2025.

3. Políticas contábeis significativas**a) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b) Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a taxa utilizada para a conversão de ativos, passivos e contas de resultado denominados em moeda estrangeira, quando existente, corresponde às taxas de câmbio divulgadas pelo BCB, na data do respectivo balanço. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

I. Reconhecimento de receitas

As rendas provenientes das operações de crédito são reconhecidas *pro rata dia*, utilizando-se a metodologia diferenciada do cálculo da taxa de juros efetiva.



As receitas de operações de crédito ainda não recebidas, relativas a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito, somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas, conforme determina o § 1º do art. 17 da Resolução CMN nº 4.966/21.

d) Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

e) Instrumentos financeiros

I. Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de sua aquisição, originação ou emissão:

- Pelo preço de transação de contratos com clientes (valor de custo); ou
- Pelo valor justo nos demais casos.

II. Classificação de Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros segue o modelo de negócio da Instituição e as características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 352/23.

A Instituição define o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são administrados para alcançar objetivos de negócios específicos.

Para determinar as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros, a Instituição avalia a composição dos instrumentos financeiros, por meio do teste SPPJ (Somente Pagamento de Principal e Juros).

Com base nos resultados do teste SPPJ e no modelo de negócios adotado pela Instituição, os ativos financeiros podem ser mensurados de acordo com as seguintes categorias:

- **Custo amortizado (CA):** mensurados com base nos fluxos de caixa contratuais, considerando apenas os pagamentos de principal e juros.
- **Valor justo no resultado (VJR):** mensurados a valor justo, com os ajustes de variação reconhecidos diretamente no resultado do período.
- **Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA):** mensurados a valor justo, sendo as variações registradas diretamente no grupo de outros resultados abrangentes, dentro do patrimônio líquido.



Passivos Financeiros

A Instituição classifica os passivos financeiros na categoria custo amortizado, conforme Resolução BCB nº 352/23, observando as exceções previstas no art. 9º, incisos I a V.

III. Mensuração de Instrumentos financeiros

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Instituição determina um nível adequado para a entrada do *input*.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. O ajuste a valor justo de ativos financeiros é reconhecido no Patrimônio Líquido para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou na Demonstração do Resultado, para demais ativos financeiros.

A Instituição avalia os níveis em cada período de divulgação e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

IV. Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros serão baixados, parcialmente ou em sua totalidade, quando observados um dos cenários abaixo:

- Cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa;
- Quando não houver expectativa razoável de sua recuperação;
- Após 480 dias de atraso da operação de crédito; ou
- Quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.



f) Operações de crédito

As operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito da Instituição são classificadas na categoria de custo amortizado, uma vez que a gestão desses ativos tem como objetivo principal receber os fluxos de caixa contratuais.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Para fins de apuração dos níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a Instituição, observa a segregação dos ativos financeiros conforme a classificação de carteiras consoante o art. nº 81 da Resolução BCB nº 352/2023, bem como os percentuais mínimos de provisão para perdas estabelecidos no art. 78 e nos anexos I e II.

A Instituição mantém as seguintes classificações dos ativos financeiros:

Operações	Classificação
Créditos garantidos por depósitos a prazo	C2
Aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do SFN	C3
Créditos para capital de giro	C4
Crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais	C5

A norma estabelece, ainda, duas metodologias para cálculo das perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

- Método completo
- Método simplificado

Cada metodologia possui critérios próprios de elegibilidade e procedimentos específicos de apuração, definidos de acordo com o porte e a natureza da Instituição. Atualmente, a Instituição adota o método simplificado, considerando os parâmetros e percentuais estabelecidos no art. 78 e nos anexos da Resolução BCB nº 352/23 para a mensuração e registro das provisões.

As operações que contarem com o prazo de atraso de 480 dias serão baixadas contra a provisão existente, não mais figurando no balanço patrimonial.

Os ativos financeiros que apresentam atraso superior a 90 dias, são classificadas como ativos problemáticos. As receitas de qualquer natureza desses ativos somente são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas, não inadimplidas permanecem classificadas como ativo com problema de recuperação de crédito, em razão da existência de risco de inadimplemento (*default*). A Instituição adota os critérios listados no § 4º, art. 3º da Resolução BCB nº 352/2023 para a descaracterização de um ativo com problema de recuperação de crédito.

Além disso, na hipótese de existência de ativo com problema de recuperação de crédito vinculado a uma contraparte, todos os instrumentos financeiros associados a essa mesma contraparte são igualmente classificados como um ativo com problema de recuperação de crédito.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito constituída, está apresentada na Nota 8.

**h) Imobilizado em uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a Instituição.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicáveis.

i) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, passivos e ativos contingentes.

Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos movidos por terceiros em ações cíveis, inerentes ao curso normal dos negócios. Essas contingências são avaliadas por assessores internos em conjunto com advocacia terceirizada, em que se leva em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam assegurados para liquidação dessas obrigações e que o montante dessas obrigações possa ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como:

- a) Provável: são constituídas provisões contábeis;
- b) Possível: divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e
- c) Remota: não requerem provisão nem divulgação.

j) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120 no semestre para o Imposto de Renda e de 15% para Contribuição Social sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável, limitada a 30% do lucro real do período.

k) Outros passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Instituição considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social previsto em seu Estatuto Social e não recorrente aqueles que não fazem parte da operação da Instituição.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes do período:

	<u>30/06/2025</u>
Resultado recorrente do período	(2.096)
Resultado não recorrente do período	-

m) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes). Os eventos subsequentes são mencionados na Nota explicativa 22.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2025</u>
Depósitos bancários	118
Total	<u>118</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Modalidades de aplicação

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	<u>30/06/2025</u>
Certificado de depósitos interfinanceiros	1.518
Total	<u>1.518</u>

b) Resultado de aplicações interfinanceiras

	<u>30/06/2025</u>
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	159
Total	<u>159</u>

6. Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos e valores mobiliários é determinada com base no modelo de negócios da Instituição para os ativos financeiros, bem como nas características contratuais dos respectivos fluxos de caixas, conforme os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

a) Composição da carteira por categoria e por tipo de papel

	Valor justo no resultado	Total
Títulos privados	3.600	3.600
Cotas de fundos de investimento	3.600	3.600
Títulos públicos	34	34
Letras financeiras do tesouro	34	34
Total	3.634	3.634

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	30/06/2025
Resultado com títulos e valores mobiliários	383
Total	383

7. Operações de crédito

a) Valor contábil bruto

	30/06/2025
Saldo bruto da carteira de crédito	35.949
(-) Receitas diferidas – TJEO Diferenciada	(169)
Total	35.780

b) Composição da carteira de crédito

	30/06/2025		
	Ativo não problemático	Ativo problemático	Total
Pessoa jurídica			
Cartão de crédito	3.402	3.199	6.601
Capital de giro	4.837	-	4.837
Direitos creditórios descontados	18.446	347	18.793
Pessoa física			
Cartão de crédito	2.878	2.840	5.718
Total da carteira	29.563	6.386	35.949
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.143)	(4.231)	(5.374)
Saldo da carteira líquida	28.420	2.155	30.575

c) Composição da carteira por faixa de vencimento

	30/06/2025
Prazo por Vencimento	
Vencidas a partir de 14 dias	9.088
A vencer até 3 meses e vencidos até 14 dias	17.250
A vencer de 3 a 12 meses	5.102
A vencer a partir de 12 meses	4.509
Total	35.949
Circulante	31.440
Não circulante	4.509



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

d) Resultado das operações de crédito

	<u>30/06/2025</u>
Rendas de empréstimos	6.911
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	102
Total	<u>7.013</u>

As operações renegociadas no semestre representaram o montante de R\$ 464.

8. Perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>30/06/2025</u>
Saldo inicial	<u>(2.366)</u>
Constituição	(3.381)
Renegociação de carteira de crédito - não transitada no resultado (*)	(144)
Ajustes da resolução CMN nº 4.966/21	80
Valores baixados para prejuízo	437
Saldo final	<u>(5.374)</u>

(*) Corresponde ao volume de créditos em prejuízo, renegociados conforme Art. 49º § 2º da Res. CMN nº 4.966/21.

9. Outros ativos

	<u>30/06/2025</u>
Valores a receber controladora	642
Relações interfinanceiras (a)	596
Recebimentos a efetivar	149
Despesas pagas antecipadamente	132
Outros ativos	85
Total	<u>1.605</u>
Circulante	1.528
Não circulante	77

(a) Saldo em moeda eletrônica da Instituição mantido junto ao Banco Central do Brasil.

10. Outros passivos

	<u>30/06/2025</u>
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	<u>418</u>
Obrigações trabalhistas	297
Encargos trabalhistas (INSS e FGTS)	121
Obrigações fiscais	<u>233</u>
Outros passivos	<u>432</u>
Fornecedores	377
Valores a pagar sociedades ligadas	43
Outros passivos	12
Contas a pagar - Operações de cartão (a)	<u>1.293</u>
Total	<u>2.376</u>
Circulante	2.376

(a) Valor a pagar ao Efí IP relativo ao financiamento de saldo de faturas de clientes não liquidadas, provenientes das operações de cartão de crédito.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

11. Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Modalidades e prazos de vencimentos

	Vencimentos			Total
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Certificado de depósito bancário-CDB (*)	10.148	12.713	5.912	28.773
Total	10.148	12.713	5.912	28.773
Circulante				22.861
Não circulante				5.912

(*) Os depósitos a prazo são atualizados a taxas que variam entre 70% e 120% do CDI.

b) Despesas com operações de captações no mercado

	30/06/2025
Depósitos a prazo	1.159
Total	1.159

12. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Instituição é parte em processos judiciais de naturezas cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, não foram registradas movimentações nos processos judiciais que impactassem as contingências.

As causas que envolvem a Instituição, classificadas como perda possível, totalizam R\$ 259.

13. Patrimônio líquido

O Conglomerado Efí, segue a legislação específica para requerimento mínimo de patrimônio de referência, conforme Resolução BCB nº 201, de 11 de março de 2022 e Resolução CMN nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, a Instituição recebeu o aporte de capital de R\$ 2.800, autorizados pelo Banco Centra do Brasil, deliberados conforme a seguir:

Data	Quantidade de ações	Valor
31/01/2025	200	300
28/02/2025	666	1.000
30/04/2025	1.000	1.500
Total	1.866	2.800



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

a) Capital social

O capital social da Instituição no semestre findo em 30/06/2025 é de R\$ 26.050 subscritos, dividido em 17.366 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 1,50 cada.

b) Política de distribuição de lucros

A Assembleia Geral poderá distribuir dividendos em valor superior ao previsto no estatuto social da Instituição que está estabelecido no Capítulo VII, Artigos 17, 18, 19, 20 e 21, bem como poderá, durante o exercício social, distribuir dividendos com base na conta de reserva de lucros existentes no último balanço anual.

De acordo com o parágrafo 4º do art. 202, da Lei 6.404/76, o dividendo mínimo obrigatório poderá deixar de ser distribuído quando houver incompatibilidade com a situação financeira da Instituição, se declarada por qualquer membro da Diretoria em assembleia ordinária.

c) Constituição de reserva de lucros

Nos termos da legislação societária e estatuto social da Instituição, a reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social. O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

14. Receitas de prestação de serviços

	<u>30/06/2025</u>
Receitas de tarifas bancárias - PJ	245
Total	245

15. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2025</u>
Remuneração	(842)
INSS	(212)
Benefícios	(202)
FGTS	(66)
Participações nos lucros	(33)
Total	(1.355)

16. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2025</u>
Processamento de dados	(2.933)
Centro de serviço compartilhado - controladora	(120)
Serviços de terceiros	(104)
Auditoria externa	(66)
Outras	(27)
Total	(3.250)



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

17. Despesas tributárias

	30/06/2025
Cofins	(261)
PIS	(42)
ISS	(8)
Outras	(3)
Total	(314)

18. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Resultado antes das adições e exclusões	(2.096)
(+) Adições	3.397
Adições permanentes	16
Adições temporárias: Provisões ou perdas estimadas	3.381
(-) Exclusões	(2.399)
Perdas com créditos em prejuízo	(2.399)
(=) Resultado após adições e exclusões	(1.098)

19. Gestão de riscos e de capital

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Efí Bank reconhece a importância do gerenciamento de riscos e acredita no seu papel fundamental no processo de escolha das oportunidades que sejam compatíveis com a complexidade de seus negócios, e por isto, vem ao longo dos anos disseminando e fortalecendo essa cultura.

A gestão abrangente dos riscos, dentre outros benefícios, proporciona a estabilidade dos resultados financeiros, além de contribuir para a geração de valor e para a consolidação de uma Instituição cada vez mais sólida, integrada, rentável, socialmente responsável e eficiente.

A estrutura de gerenciamento de riscos é segregada e independente das demais áreas de negócio, compatível com a natureza das atividades, porte da Instituição, complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão das exposições que abrangem os riscos de crédito, de liquidez, operacional e de capital.

O Efí adota o [Modelo das Três Linhas](#) do *Institute of Internal Auditors* (IIA) como parte do processo de gerenciamento de riscos, considerando a seguinte atuação conjunta dos seguintes componentes:

- **1ª Linha:** áreas de negócios;
- **2ª Linha:** áreas de governança;
- **3ª Linha:** avaliação periódica e independente da Auditoria Interna.

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para



assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes encontram-se disponíveis no site <https://sejaefi.com.br/governanca-corporativa/>.

a. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser definido como a possibilidade de ocorrer em perdas associadas:

- Ao descumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- A deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou de seu interveniente;
- A vantagens concedidas na reestruturação de instrumentos financeiros;
- Aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos; e
- Aos desembolsos para a honra de garantias prestadas.

O processo de gerenciamento do risco de crédito no Efí Bank consiste em um conjunto de ferramentas de gestão que identificam os fatores que impactam o risco de crédito. Esse processo inclui, mas não se limita:

- Ao acompanhamento de exposições com características semelhantes;
- A identificação de fontes significativas do risco de crédito;
- A identificação da contraparte ou de seus intervenientes; e
- A forma de agregação das exposições.

A avaliação para concessão do limite de crédito aos clientes, que é um processo pautado por diretrizes internas de crédito, prevê a verificação dos dados cadastrais e a realização de consultas em bureaus como apoio à decisão do crédito. Ainda em relação ao processo, devem ser consideradas as operações sujeitas ao risco de crédito e as repactuações, detecção de indícios de qualidade creditícia da contraparte e os créditos objeto de cobrança e de recebimento.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas com base nos critérios estabelecidos pela regulamentação prudencial em vigor, em especial as Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023, vigentes a partir de janeiro de 2025.

Em linhas gerais, as operações da Instituição englobam operações de crédito provenientes de clientes que utilizam o cartão de crédito do Efí e que optaram por parcelar suas faturas ou que não pagam suas faturas na data do vencimento, entrando assim no rotativo do cartão. A carteira também é composta por operações de clientes que contratam a antecipação de recebíveis, operação de desconto de duplicatas mercantis, e pelo capital de giro.

A carteira de crédito passa por um processo de monitoramento da qualidade creditícia contínua que mede os níveis de concentração e o comportamento da inadimplência, sendo as variações obtidas nesse processo utilizadas como um dos parâmetros de atualização da estratégia creditícia da Instituição.

**b. Risco de Liquidez**

O risco de liquidez pode ser definido como sendo a possibilidade de a Instituição:

- Não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- Não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez consiste no conjunto de procedimentos que visam garantir a capacidade de pagamento do Efí Bank, possibilitando identificar, mensurar, classificar, monitorar, mitigar e reportar os fatores que impactam a liquidez.

A avaliação constante das posições em ativos líquidos objetiva mitigar o risco de que o Efí não consiga negociar suas posições a um preço justo de mercado, motivada pelo baixo volume ou pela descontinuidade desse ativo.

A otimização dos recursos disponíveis, o planejamento financeiro e das operações em termos de prazos, tipos de contrapartes e seus respectivos setores econômicos, trazem insumos para direcionar ações que possibilitem suportar cenários de estresse.

c. Risco Operacional

Conforme a Resolução BCB nº 201/2022, o risco operacional decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos que impactem na realização dos objetivos do Efí Bank.

Salienta-se, ainda, a definição do risco operacional, que também inclui o risco legal associado a:

- Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Efí;
- Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais; e
- Indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Efí.

O gerenciamento do risco operacional está subsidiado no Modelo das Três Linhas:

- Na 1ª linha, há a atuação das áreas de negócios da Instituição, as quais são responsáveis pelo provimento de produtos e serviços aos clientes, bem como pela gestão primária dos riscos e controles;
- Na 2ª linha, há a atuação das áreas de governança da Instituição na gestão corporativa do risco operacional, oferecendo expertise, apoio, monitoramento e questionamento sobre questões relacionadas a riscos, controles e conformidade;
- Na 3ª linha, há a atuação independente da Auditoria Interna, responsável por avaliar a adequação e eficácia do modelo geral de gestão de risco, do funcionamento dos controles e das estruturas de governança;



- Por fim, órgãos externos e independentes de toda a estrutura organizacional, como auditorias externas e reguladores, formam uma linha adicional, avaliando a efetividade das três linhas do Efí.

Há uma estrutura responsável pela identificação e avaliação dos riscos operacionais; pela análise do desenho e efetividade do sistema de controles internos; pela elaboração e condução de testes periódicos do plano de continuidade de negócios; por disseminar uma cultura de gestão integrada de riscos e de controles para os colaboradores; e pela avaliação de riscos no lançamento de novos produtos, serviços e mudanças significativas nos processos existentes.

d. Gestão de Capital

A gestão de capital é um processo contínuo de monitoramento e controle do capital regulamentar, que abrange a avaliação da necessidade de capital, com base em projeções que englobam premissas de aumento das exposições ao risco, seja pelo crescimento das operações, pela avaliação de novos produtos ou serviços, e ainda, pela avaliação de possíveis impactos no capital oriundos de novos regulamentos. A estrutura de gestão de capital do Efí Bank é compatível com o porte, tamanho, a natureza das suas operações, considerando a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

Requerimentos Mínimos de Capital

As resoluções CMN nº 2.099/1994 e CMN nº 2.607/1999 estabelecem limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para as Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para as Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI), é exigido um limite mínimo de capital e patrimônio líquido na ordem de R\$ 7.000 (sete milhões de reais). Ressalta-se ainda que a Instituição que tenha a agência sede ou matriz e, no mínimo, 90% de suas dependências em funcionamento fora dos estados do Rio de Janeiro e/ou São Paulo, os valores exigidos terão redução de 30%. Ou seja, é necessário que a SCFI tenha um valor de capital realizado e patrimônio líquido de no mínimo R\$ 4.900 (quatro milhões e novecentos mil reais).

Conforme Resolução BCB nº 436/2022, o Conglomerado Efí se classifica como um Conglomerado Prudencial Tipo 3, sendo integrado por uma Instituição de Pagamento líder e outra Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ressalta-se que ambas as Instituições estão classificadas no Segmento 5 (S5), optando, portanto, pela metodologia simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

Nesse contexto, a estrutura de gestão de capital do Conglomerado Efí ganha relevância ao promover a racionalização na utilização do capital da Instituição, otimizando o custo de oportunidade na alocação de recursos. A seguir, apresenta-se a composição para o cálculo do Índice de Basileia e os requerimentos mínimos exigidos:



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

	30/06/2025
PR55 - Patrimônio de Referência Simplificado	42.004
Ativos Ponderados pelo Risco	231.574
Risco Operacional	21.028
Risco de Crédito	107.770
Risco de Serviços de Pagamento	102.773
Risco de Exposição Cambial	3
Requerimento mínimo de capital	39.368
Margem de capital	2.636
Índice Requerimento Mínimo	17,0%
Índice Requerimento Calculado	18,14%
Índice de Imobilização	10,77%
Folga de Imobilização	16.478

20. Transações com partes relacionadas

	30/06/2025	
	PF ligadas	PJ ligadas
Ativos		
Depósitos em moeda eletrônica mantidos na controladora	-	118
Valores a receber da controladora	-	642
Operações de crédito	2	-
Total	2	761
Passivos		
Depósitos a prazo	55	-
Valores a pagar à controladora	-	1.336
Total	55	1.336
Despesas		
Despesa com captação	(3)	-
Despesa de centro de serviço compartilhado	-	(120)
Total	(3)	(120)

21. Resolução CMN nº 4.966/21

Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis definidos na norma passaram a ser reconhecidos prospectivamente a partir dessa data.

Como resultado da adoção dos critérios para constituição da provisão para perdas esperadas, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, foi registrado um ajuste positivo no patrimônio líquido com o valor absoluto de R\$ 80.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

A Instituição não constatou mudanças significativas em relação as novas regras estabelecidas para a definição do modelo de negócios, bem como de reclassificações de instrumentos financeiros entre as categorias de ativos financeiros.

22. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.



Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento Efí S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

Diretores

Denis Costa da Silva

Francisco Carvalho

Paulo Sérgio de Faria Barros

Contador Responsável

Alessander Campo Dall'Orto

CRC: ES-012954/O